

## Jakobson e o edifício semiótico

É no que respeita a constituição do *edifício* semiótico mesmo (ou de sua *aventura*, conforme a metáfora que se prefira...) que a publicação deste "coup d'oeil..." se reveste de especial importância: é impossível avaliar por inteiro o papel que jakobson cumpriu no esforço que pareceu demarcar muito daquilo que se pensava sobre as teorias do signo e da interpretação, no momento da vigência do estruturalismo (como sua principal escola filosófica); pois foi precisamente neste contexto, no centro da irradiação da *vague* estruturalista (na passagem dos anos 50 para os 60 do último século) que o vemos sugerir uma maior atenção àquela fortuna crítica que adviria de uma tradição semiótica fundada nas concepções lógicas e inferenciais do signo.

Nestes termos, o presente texto é apenas o efeito de superfície de um movimento mais denso e profundo, que se realiza em boa medida através de suas sucessivas intervenções ao debate, e que acaba por caucionar o movimento de pensadores como umberto eco para ousar (ao menos, de início) uma possível síntese entre estas duas grandes fontes do cânone semiótico do século (o pragmatismo e o estruturalismo). pois é jakobson mesmo, sabemos todos disto, quem introduziu a obra de peirce, no contexto mesmo da voga estruturalista, chamando sempre a atenção sobre os hipotéticos ganhos para uma teoria geral da significação que pudesse tirar proveito desta outra ordem de concepções semióticas e, assim, escapar a uma certa restrição dos fenômenos de sentido pelo sistema da *langue* estruturalista. e é igualmente neste contexto que sua fala magna no I congresso da associação internacional de estudos semióticos (em milão, em 1974) manifesta este espírito mais enciclopédico e menos escolasticamente conflagrado dos fundamentos da disciplina dos signos.

Esta lição, que jakobson toma de empréstimo a um texto anterior de émile benveniste (e que é oportuna, inclusive como forma mais breve da saudação que o linguista francês faz, através de seu amigo jakobson, aos participantes do congresso), manifesta patentemente a dimensão de historicidade que inere ao conceito mesmo de signo (lição esta que o próprio roland barthes não se cansou de reproduzir, por seu turno, em várias oportunidades): assim, vemos como a pergunta acerca do signo se origina como questão de fundo de uma disciplina em permanente estado de latência na história do pensamento, desde a mais remota sistematização das práticas clínicas até as formas artificiais e arbitrarias da expressão e da argumentação discursivas (na gramática, na lógica e na retórica). quando pensa na unidade possível de uma empresa semiótica, jakobson não exige nenhuma destas vertentes de um subjacente discurso semiótico, como marcadas nas etapas sucessivas da evocação do signo pelo pensamento humano.

BENJAMIM PICADO é professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação e do departamento de estudos culturais e mídia da Universidade Federal Fluminense

# Olhar de relance sobre o desenvolvimento da semiótica

**Tradução:** Benjamim Picado

**Palestra inaugural** de Roman Jakobson no I Congresso da AISS, em Milão, junho de 1974

1. Émile Benveniste, que acabei de rever em Paris, me solicitou transmitir ao Primeiro Congresso da Associação Internacional de Semiótica seus votos de sucesso, e é ao belo estudo de nosso ilustre colega, «*Coup d’oeil sur le développement de la linguistique*» (1963), que eu tomo de empréstimo o título de minha exposição. Benveniste (1963) começa «por observar que a linguística possui um objeto duplo, ela é ciência da linguagem e ciência de línguas (...). É das línguas que se ocupa o linguista e a linguística é, em primeiro lugar, teoria das línguas. Mas (...) os problemas infinitamente diversos têm em comum o fato de que, a um certo grau de generalidade, eles se tornam sempre uma questão de linguagem». Trata-se da| linguagem enquanto variante universal relativa às línguas locais, variadas e variáveis no tempo e no espaço. Na mesma ordem de ideias, a semiótica é chamada a estudar os diversos sistemas de signos e valorizar o problema que decorre de uma comparação metódica destes sistemas, ou seja, o problema geral do *signo*: signo como noção genérica em relação às classes particulares de signos.

A questão do signo e dos signos foi abordada várias vezes pelos pensadores da Antiguidade, da Idade Média e da Renascença. No fim do século XVII, o célebre *Essay* de John Locke, no capítulo final consagrado à divisão tripartite das ciências, promoveu este problema complexo ao patamar de última das “três grandes províncias do mundo intelectual”, e propôs chamar *σημειωτική*, “a doutrina dos signos”, o mais usual instrumento sendo

as palavras, ficando dado que “para comunicar nossos pensamentos uns para os outros, assim como registrá-los para nosso próprio uso, signos de nossas ideias são igualmente necessários. Aqueles que os homens acharam mais conveniente e, portanto, de uso genérico, são sons articulados” (Livro IV, Cap. 21, seção IV). É às palavras, concebidas como os “grandes instrumentos da cognição”, a seu emprego e suas relações com as ideias, que Locke consagra o terceiro livro de seu *Essay Concerning Humane Understanding* (1690).

2. Desde o início de suas atividades científicas, Jean-Henri Lambert tomou conhecimento do *Essay* e, no curso de seu trabalho sobre seu *Neue Organon*, que ocupa um lugar de destaque no desenvolvimento do pensamento fenomenológico, ele se vê profundamente influenciado pelas ideias de Locke (1694), contudo, resguardando-se criticamente contra a doutrina sensualista do filósofo inglês (EISENRING, 1942, p. 7, 12, 48, sq., 82). Cada um dos dois volumes do *Neue Organon* se divide em duas partes e, entre estas quatro partes, a terceira – *Semiotik oder Lehre von der Bezeichnung der Gedanken und Dinge*, seguida pela *Phänomenologie* (p. 3, 214) - deve à tese de Locke (apresentada acima) o termo ‘semiótica’, assim como o tema de sua pesquisa: «a investigação sobre a cognição simbólica em geral e a linguagem em particular» (par.6), dado que tal cognição simbólica «é, para nós um indispensável veículo do pensamento» (par. 12).

No prefácio de sua obra, Lambert (1764) nos advertia que se ocuparia da língua nos nove capítulos da *Semiotik* (2,10), mas não dedica mais do que um capítulo às outras espécies de signos, «porque a linguagem não é apenas necessária em si mesma e extraordinariamente difusa, mas ocorre com todos os outros tipos de signos». O autor deseja se consagrar à língua, «de modo a poder conhecer sua estrutura mais de perto» (par. 70), e para abordar a «linguística geral, *Grammatica Univeralis*, que ainda está para ser encontrada» (par. 71). Ele nos lembra de pronto «que em nossa linguagem o arbitrário, o natural e o necessário estão fundidos. A principal tarefa da linguística geral deveria ser, então, uma discussão do natural, do necessário e do arbitrário, na medida do possível em si mesmos e, por vezes, em ligação estreita com o natural e o necessário. De acordo com Lambert, a diferença entre estes três elementos que encontramos nos signos revela uma relação estreita entre o fato decisivo «de que as primeiras causas da linguagem estão já, em si mesmas, na natureza humana», e que, portanto, este problema exige um exame meticoloso (par.3). O problema da álgebra e de outros sistemas de línguas artificiais da ciência, relativos à linguagem ordinária, é tratado em Lambert (1764, pars. 56 sqq.) como uma espécie de tradução.

O livro estuda a diferença dos empregos de signos naturais e arbitrários (pars. 47,48) e são os signos naturais dos afetos que chamam, em primeiro lugar, sua atenção (par. 19). Lambert (1764) tem em conta o papel significativo que desempenham os gestos, por exemplo, «de modo a esclarecer o conceito, que é obscuro no espírito (...) ou ao menos, indicá-lo para nós mesmos e para os outros» (par. 7), e ele entrevê aí o escopo semiótico

dos simulacros (que reaparecerão depois de mais de um século na lista de Peirce, sob a etiqueta de semelhanças ou ícones) (1: 558). Lambert destaca a questão dos signos cuja estrutura interna se fundamenta sobre relações de similaridade e, interpretando os signos de ordem metafórica, ele evoca os efeitos da sinestesia (par. 18). Não obstante o caráter sumário dos seus apontamentos sobre a comunicação não-verbal, nem a música, nem a coreografia, os brasões, emblemas, as cerimônias, nenhum deles escapam à atenção do filósofo. As transformações dos signos e as regras de sua combinação estão na ordem do dia.

3. É graças à iniciativa criadora de Locke e de Lambert que a ideia e o nome da semiótica reaparecem no início do século XIX. Nos seus anos de juventude, Joseph-Marie Hoene-Wrosnki, familiarizado com a obra de Locke, esboçou em alguns outros ensaios especulativos uma *Philosophie du Langage*, que só foi publicada em 1879. O autor, que seu discípulo Jerzy Braun (1969) aproxima da fenomenologia husserliana, vendo nele «o maior dos pensadores poloneses», examina a «faculdade da signação». A natureza dos signos deve ser estudada primeiramente em relação às categorias da existência, ou seja, à *modalidade* (signos próprios/impróprios) e à qualidade (signos determinados/indeterminados) e, secundariamente, em relação às categorias da produção, ou seja, à quantidade (signos simples/compostos), à relação (signos naturais/artificiais) e à união (signos mediatos/imediatos). Seguindo o programa de Hoene-Wrosnki, é a perfeição dos signos que forma o objeto da semiótica (p. 41). Notemos que esta teoria reduz o domínio da signação aos atos da cognição: «esta signação é possível, seja pela forma sensível, seja pelo conteúdo sensível e inteligível dos objetos de nosso saber», enquanto a «signação dos atos da vontade e do sentimento» parecem ser «impossíveis» (p. 38 sq.).

4. O filósofo de Praga (sic) Bernard Bolzano reserva em sua obra capital *Wissenschaftslehre* (1837) e, sobretudo, nos dois últimos dos seus quatro volumes, um grande espaço para a semiótica. O autor cita frequentemente o *Essay* de Locke (1690) e o *Neue Organon* e descobre nos escritos de Lambert (1764), «sobre a semiótica (...) apontamentos dos mais valiosos», ainda que sejam pouco utilizáveis «para o desenvolvimento das regras mais gerais do discurso científico», um dos propósitos aos quais se propõe Bolzano (par. 698.)

O mesmo capítulo da *Wissenschaftslehre* figura sob dois títulos, um dos quais – «*Semiotik*» - marca o início do texto (p. 500); sendo que o parágrafo seguinte, 637, identifica as duas designações, «*Zeichenlehre oder Semiotik*». Se neste capítulo e em outras partes da obra, a atenção do autor se fixa, sobretudo, na demonstração da perfeição relativa dos signos (*Vollkommenheit oder Zweckmassigkeit*) e, particularmente, dos signos a serviço do pensamento lógico, é no início mesmo do terceiro volume que Bolzano procura introduzir o leitor às noções fundamentais da teoria dos signos, principalmente ao longo do parágrafo 285 (p. 67, 84) que é pleno de ideias e se intitula «*Bezeichnung unserer Vorstellungen*».

Este parágrafo começa por uma definição bilateral de signo: «É por nós conhecido

como signo um objeto (...) através de cujas concepções desejamos conhecer, num novo modo, uma outra concepção aí conectada por outro ser pensante». Segue-se toda uma gama de conceitos geminados, alguns dos quais bastante novos e outros que podem ser remetidos a fontes anteriores, e que serão novamente precisados e aprofundados. Assim, as reflexões semióticas de Bolzano fazem reaparecer a diferença entre o significado (*Bedeutung*) de um signo tal qual, e o sentido (*Sinn*) que este signo recebe no contexto da circunstância presente, depois a diferença entre o signo (1) produzido pelo emissor (*Urheber*) e (2) percebido pelo destinatário, o qual oscila entre a compreensão e o mal-entendido (*Verstehen* e *Missverstehen*). O autor faz uma distinção entre a interpretação pensada ou expressa do signo (*gedachte und sprachliche Auslegung*), entre signos universais e particulares, entre signos naturais e acidentais (*natürlich und zufällig*), arbitrários e espontâneos (*willkürlich und unwillkürlich*), auditivos e visuais (*hörbar und sichtbar*), simples (*einzel*) e compostos (*zusammengesetzt*, o que quer dizer «um todo cujas partes são, elas mesmas, signos»), entre signos unívocos e polissêmicos, primários e derivados, fixos e imprecisos, próprios e figurados, metonímicos e metafóricos, mediatos e imediatos, acrescentando-se a tal classificação lúcidas notas sobre a importante distinção a ser feita entre os signos (*Zeichen*) e os índices (*Kennzeichen*), desprovidos de emissor, ou enfim, sobre outro tema candente : a questão da relação entre a comunicação interpessoal (*an Andere*) e interna (*Sprechen mit sich selbst*).

5. O estudo do jovem Husserl, «*Zur Logic der Zeichen (Semiotik)*», escrito em 1890, mas que se manteve inédito até 1970, é uma tentativa de classificação das categorias de signos e de resposta à questão de saber em que sentido as línguas, ou seja, o mais importante sistema de signos que possuímos, «antecipa e, por outro lado, uma vez mais, habita o pensamento» (1970b). A crítica dos signos e de seu funcionamento é concebida como uma tarefa urgente com a qual se confronta a *lógica* : «uma intuição profunda sobre a natureza dos signos e das artes, de fato, habilitará (a lógica) a divisar ademais estes métodos de procedimento simbólico dos quais a mente humana ainda não conseguiu fixar as regras de invenção» (p. 373). O manuscrito de 1890 traz uma referência ao capítulo «Semiotik» da *Wissenschaftslehre*, qualificado de *wichtig* (p. 530); na dupla perspectiva de seu ensaio, estrutural de uma parte e normatizador, de outra, Husserl acompanha efetivamente o exemplo de Bolzano, que ele nomeará mais tarde um dos grandes lógicos de todos os tempos. Também nos pensamentos semióticos das *Logische Untersuchungen* retoma-se, segundo a visão do fenomenólogo, «o impacto crucial de Bolzano», e o segundo volume de suas *Investigações*, com seu tratado capital de semiótica geral erigido como sistema exercem uma profunda influência no início da linguística estrutural. Como nos indica Elmar Holenstein, Husserl (1970) fez diversas notas à margem do parágrafo 386 de seu exemplar da *Wissenschaftslehre*, III de Bolzano e sublinhou o termo «semiótica» e sua definição na tradução alemã do *Essay* de Locke (LEIPZIG, 1897).

6. Para Charles Sanders Peirce (1839/1914), a “natureza dos signos” foi sempre tema de estudos predileto desde 1863 (cf. V, 488 e VIII, 376) e, sobretudo, desde sua magnífica profissão de fé – «*On a New List of Categories*» - publicada em 1867 pela Academia Americana e Artes e Ciências (I, 545, 559) e seguida de duas contribuições engenhosas para o *Journal of Speculative Philosophie* do ano seguinte (V, 213, 317) e até o material reunido em 1909/1910, para seu volume inacabado *Essays on Meaning* (II, 230, 232 ; VIII, 300; LIEB, 40). A notar que, em toda sua vida de sábio, a concepção subentendida de seus esforços contínuos para o estabelecimento de uma ciência dos signos ganha em extensão e profundidade, pelo caráter cerrado e íntegro que assume. Quanto ao termo ‘*semiotic*’, ‘*semeiotic*’ ou ‘*semeotic*’, ele não surgirá nos manuscritos de Peirce a não ser na virada do século: é nesta época que a teoria da «natureza essencial e a variedade fundamental da semiose possível», prenderá a atenção do grande pensador (I, 444; V, 488). Sua inserção da grafia grega, *σημειωτικη*, assim como sua definição sucinta – «doutrina dos signos» (II, p. 227) – nos coloca na pista de Locke (1694), cujo célebre *Essay* foi frequentemente evocado e citado pelo novo defensor da doutrina. Malgrado a maravilhosa profusão de considerações originais na semiótica de Peirce, esta ainda permanece ligada a seus precursores – Lambert, «o grande lógico formal de nossos dias» (1764, II, par. 346), de quem ele cita o *Neue Organon* (IV, p. 353) e Bolzano, conhecido por sua «contribuição de valor à clareza das concepções humanas» e «por sua «obra de lógica em quatro volumes».

Entretanto, foi com justeza que Peirce declarou: «eu sou, até onde sei, um pioneiro, ou ainda um artesão, no trabalho de clarear e inaugurar algo a que chamo *semiótica* (...), e considero o campo muito vasto, o trabalho muito grande para um iniciante» (V, p. 488). É ele, «o mais inventivo e o mais universal dentre os pensadores americanos» (JAKOBSON, 1965, p. 346), que soube tirar conclusões e limpar o terreno, de modo a erigir, assumindo os devidos riscos, a ciência antecipada e prevista pelo pensamento filosófico europeu de dois séculos antes.

O edifício semiótico de Peirce engloba toda a multiplicidade de fenômenos significativos, seja uma batida na porta, uma pegada no chão, um grito espontâneo, um quadro, uma peça musical, uma entrevista, uma meditação silenciosa, um escrito, um silogismo, uma equação algébrica, um diagrama geométrico, uma biruta ou uma simples uma nota. O estudo comparado dos diversos sistemas de signos perseguido pelo pensador revelou convergências e divergências fundamentais, até então despercebidas. As obras de Peirce dão prova de uma perspicácia particular quando ele trata do caráter categorial da língua no aspecto fônico, gramatical e lexical das palavras, assim como em seus arranjos no interior de proposições e no agenciamento destas últimas relativamente ao enunciado. Ao mesmo tempo, o autor se dá conta de que seus estudos «devem estender-se para além do todo da Semiótica geral», o que põe em guarda sua interlocutora epistolar, Lady Welby: «Talvez você esteja incorrendo em erro, em consequência de limitar tanto seus estudos à Linguagem» (LIEB, 1953, p. 39).

Infelizmente, a maior parte dos escritos semióticos de Peirce só seria publicada durante a terceira década de nosso século, ou seja, duas décadas depois de sua morte. E foi necessário perto de um século para que se imprimissem alguns de seus textos; assim, um fragmento impressionante de um curso dado por Peirce, em 1866/1867 – «*Consciousness and Language*» não apareceu antes de 1958 (VII, p. 579/596); assinalemos, por outro lado, que ainda resta um grande número de artigos inéditos na herança de Peirce. A aparição tardia de seus trabalhos, fragmentados e dispersos no Dédalo dos oito volumes dos *Collected Papers of Charles Sanders Peirce*, entrou por um bom tempo a compreensão exata e completa de seus preceitos e, infelizmente, retardou sua influência sobre a ciência da linguagem e o desenvolvimento harmonioso da semiótica.

Os leitores e comentadores de sua obra confundem-se, muitas vezes, eles próprios, a propósito dos termos fundamentais introduzidos por Peirce, ainda que estes sejam indispensáveis para a compreensão de sua teoria dos signos e que, ainda que, por vezes, de modo forçado, recebam uma definição estrita nos textos do autor. Assim, as designações de *intérprete* e *interpretante* deram lugar a confusões candentes, em prejuízo da distinção feita pelo próprio Peirce entre o termo *intérprete*, que designa o receptor e o decodificador da mensagem, e o *interpretante*, ou seja, a chave da qual se serve o receptor da mensagem para compreendê-la. Segundo seus vulgarizadores, o único papel atribuído ao interpretante na doutrina de Peirce consistiria numa clarificação de cada signo, por intermédio de seu contexto, enquanto, de fato, este valoroso decifrador da semiótica pede, ao contrário, «que se diferencie, em primeiro lugar, o Interpretante Imediato, que é o Interpretante como se revela na compreensão correta do próprio Signo, e que ordinariamente se chama Significado do signo» (IV, 536). Ou, dito de outro modo, é «tudo aquilo que há de explícito no próprio signo, abstração feita de seu contexto e das circunstâncias da enunciação» (V, 473); toda significação não é outra coisa que «tradução de um signo em um outro sistema de signos» (IV, 127). Peirce destaca a faculdade de signo de ser traduzido em uma série infinita de outros signos que, sob certos aspectos, se tornam mutuamente equivalentes (II, 293).

Além do mais, esta teoria do signo não exige nada mais do que a possibilidade de ser apreendida, mesmo na ausência de um destinatário. Por consequência, os sintomas de doenças são igualmente considerados como signo (VIII, 185, 335) e, em determinado ponto, a semiologia médica confina com a semiótica, ciência dos signos.

Não obstante todas as diferenças de detalhes de apresentação, a bipartição do signo em duas faces unidas e, em particular, a tradição estoica, que concebe o signo ( $\sigma\eta\mu\epsilon\iota\omicron\nu$ ) como uma relação entre o significante ( $\sigma\eta\mu\alpha\iota\nu\omicron\nu$ ) e o significado ( $\sigma\eta\mu\alpha\iota\nu\omicron\mu\epsilon\nu\omicron\nu$ ) seguem vigorando na doutrina de Peirce. Conforme sua tricotomia dos modos semióticos e dos nomes um tanto vagos que ele lhes dá, (1) o índice é uma relação do significante com o significado, em virtude de uma efetiva contiguidade; (2) o ícone é uma relação do significante com o significado em virtude de uma similaridade efetiva; (3) o símbolo é

uma relação do significante com o significado, em virtude de uma contiguidade imposta, convencional, habitual. Seguindo este ensinamento (cf., em particular, II, 249, 292, sq., 301 ; IV, 447, sq., 537), «os modos de ser do símbolo são diferentes daqueles do ícone e do índice». Ao contrário destas duas categorias, o símbolo como tal não é um objeto; ele não é senão uma pura regra, que pode ser distinta da sua apresentação sob a forma de ‘réplicas’ ou ‘exemplos’, como Peirce tenta definir. A elucidação do caráter genérico próprio aos significantes, assim como aos significados, no interior do código da língua (cada um de seus aspectos «é um tipo e não uma coisa simples») abriu novas perspectivas ao estudo semiótico da linguagem.

Ora, a tricotomia em questão deu também lugar a versões equivocadas. Tentou-se atribuir a Peirce a ideia da divisão de todos os signos humanos em três classes rigorosamente separadas, ao passo que o autor não vislumbra senão três modos, dos quais o predominante num dado sistema (“sendo predominante sobre o outro”) pode se encontrar, assim mesmo, frequentemente reunido com um ou com os dois outros modos. Por exemplo, «um símbolo pode ter um ícone ou um índice incorporado nele» (IV, 447). «É frequentemente desejável que um “*representamen*” possa exercer uma destas três funções para a exclusão das outras duas, ou duas das mesmas para a exclusão da terceira; mas os signos mais perfeitos são aqueles em que o caráter icônico, indexical e simbólico estão, tanto quanto possível, unidos» (IV, 448). «Seria difícil, senão impossível, dar exemplo de um signo absolutamente indexical, ou encontrar algum signo completamente desprovido de qualidade indicadora» (II, 306). «Um diagrama, embora tenha ordinariamente aspectos simbólicos, assim como traços próximos à natureza dos índices é, entretanto, em seu principal, um ícone» (IV, 531). Nas suas tentativas sucessivas de estabelecer uma classificação completa dos fenômenos semióticos, Peirce terminou por esboçar uma tabela comportando 66 divisões e subdivisões (v. Lieb, 1953, p. 51, 55) que procuram abarcar a ação «de quase todo tipo de signo» conhecido, sob o nome antigo de  $\sigma\mu\epsilon\omega\omega\iota\ \sigma$ . A linguagem ordinária e as diversas espécies de línguas formalizadas tomam seu lugar na semiótica de Peirce, que põe em relevo não apenas a primazia da relação simbólica entre significante e significado nos dados linguísticos, mas, ao mesmo tempo, a copresença das relações icônicas e indexicais.

7. A contribuição aportada por Ferdinand de Saussure ao progresso dos estudos semióticos é evidentemente mais modesta e restrita. Sua atitude perante a «ciência dos signos» e o nome «semiologia» (ou esporadicamente, «signologia»; cf. 1974, p. 47, sq.) que, de saída, ele lhe impôs se manteve manifestamente exterior à grande corrente marcada pelos nomes de Locke, Lambert, Bolzano, Peirce e Husserl. Pode-se supor de ele tenha sequer conhecido suas pesquisas semióticas. Seja como for, nas suas lições, ele se pergunta: «Por que a semiologia não existiu até aqui?» (1967, p. 52). A questão do precedente que pode ter inspirado o programa esboçado por Saussure mantém-se em suspense. Suas ideias sobre a



ciência dos signos não nos são disponíveis a não ser por notas esparsas, das quais as mais antigas remontam aos anos 90 do século XIX (GÖDEL, 1957, p. 275) e as duas últimas aos seus três cursos de linguística geral (SAUSSURE, 1967, p. 33, 45-52, 153-155, 170, sq.).

Desde o fim do século, Saussure procurava encontrar, segundo seus próprios termos «uma ideia justa do que seria um sistema semiológico» (GÖDEL, 1957, p. 49), para descobrir os traços «da língua, como de todo sistema semiológico em geral» (SAUSSURE, 1954, p. 71), pensando sobretudo nos sistemas de “signos convencionais”. As mais antigas observações de Saussure sobre a teoria dos signos procuram aplicá-la ao nível fônico da linguagem e, com uma clareza superior à maneira pela qual esta matéria é tratada em seus ensinamentos posteriores, estas teses fazem ressurgir «a relação entre o som e a ideia, o valor semiológico do fonema (que) pode e deve ser estudado fora de qualquer preocupação histórica, (já que) o estudo sobre o mesmo plano de um estado da língua é perfeitamente justificado (e mesmo necessário ainda que negligenciado e pouco conhecido) quando se trata de fatos semiológicos» (JAKOBSON, 1973a, p. 294). A equação «Fonema=Valor semiológico» é encarregada de fazer avançar a ‘fonética semiológica’, nova disciplina proposta por Saussure no início de suas atividades na Universidade de Genebra (ibid., p. 202 e 294).

A única menção às ideias semiológicas de Saussure surgida durante sua vida é um muito breve sumário feito por seu parente e colega A. Naville, num livro de 1901 (cap. V). O texto do *Curso de Linguística Geral*, publicado em 1916 por Charles Bally e Albert Sechehaye, a partir das notas tomadas pelos estudantes de Saussure, é de tal modo retrabalhado e retocado pelos redatores que chega a produzir erros sobre os ensinamentos do mestre. Ora, presentemente, graças à bela edição crítica de Rudolf Engler (SAUSSURE, 1967), estamos em condições de comparar os testemunhos diretos dos estudantes de Saussure e de fazer uma ideia bem mais precisa e verídica do texto original e de suas lições.

Contrariamente a Peirce e a Husserl, ambos conscientes de haver lançado os fundamentos da semiótica, Saussure não fala da semiologia a não ser no futuro. Seguindo as notas dos cursos professados por Saussure, de 1908 a 1911 e recolhidos por vários de seus estudantes (1967, p. XI), a língua é, para ele, antes de tudo, um sistema de signos e, por consequência, é necessário classificá-la numa ciência dos signos que, até então, mal havia se desenvolvido (ibid.: p. 47). Saussure propõe chamá-la ‘semiologia’ (do grego *σημιον*, ‘signo’). Não se pode dizer em que consistirá uma tal ciência dos signos, mas cabe dizer que é digna de existir e que a linguística ocupará o compartimento principal desta ciência; “esta será um caso particular do grande fato semiológico” (p. 48). Caberá aos linguistas distinguir os caracteres semiológicos da língua, para tomar seu lugar entre os sistemas de signos (p. 49); a tarefa da nova ciência será de marcar as diferenças entre estes diversos sistemas, assim como seus caracteres comuns. “Haverá leis gerais da semiologia” (p. 47).

Saussure sublinha ainda que a língua está longe de ser o único sistema de signos, existindo vários outros deles: a escritura, os sinais marítimos, visuais, militares, sinais gestuais de polidez, cerimônias e conjuntos de ritos (p. 46 sq.); e aos olhos de Saussure,

“os costumes têm um caráter semiológico” (p. 154). As leis da transformação destes sistemas de signos possuirão analogias, especialmente tópicas, com as leis da transformação da língua e, por outro lado, elas nos revelarão diferenças enormes, igualmente com respeito à língua (p. 45, 49). Saussure vislumbra em seguida certas dessemelhanças na natureza de diversos signos e em seus valores sociais: o fator pessoal ou impessoal, o ato refletido ou inconsciente, a dependência ou independência com respeito à vontade individual ou social, a ubiquidade ou a limitação. Se compararmos os diversos sistemas de signos com a língua, veremos aparecer, segundo Saussure, aspectos de que antes não suspeitávamos, estudando os ritos ou outros sistemas separadamente, e veremos que todos estes sistemas devem entrar em um estudo comum, aquele da vida particular dos signos, a semiologia (p. 51). Segundo a tese sustentada por Saussure, desde seus preparativos de 1894, para uma série inacabada sobre William Dwight Whitney (citada por JAKOBSON, 1973a, p. 279, sq.), “a linguagem não é nada mais que um *caso particular* da Teoria dos Signos” e “este será o principal efeito do estudo da linguagem na teoria dos signos, como também o horizonte para sempre novo que ela terá aberto, por ter ensinado e revelado à linguagem *todo um aspecto novo do signo*, a saber: que ele só começa a ser de fato conhecido a partir do momento em que é visto como coisa não apenas transmissível, mas por sua natureza mesma, *destinada a ser transmitida*” (assim, nos termos de Peirce, exigindo a participação do *intérprete*).

Ora, Saussure opunha, ao mesmo tempo, a “complexa natureza da particular semiologia chamada linguagem” (loc.cit.) às outras instituições semiológicas. Segundo a doutrina saussureana, estas últimas empregavam signos com um mínimo de rudimento da ligação evocadora entre significante e significado, ‘ícones’ na nomenclatura de Peirce, ‘símbolos’ como os designará mais tarde no *Cours*: “o símbolo é um signo, mas jamais de todo arbitrário” (1967, p. 155). Ao contrario, a linguagem é um “sistema de símbolos independentes”. É assim que, em 1894, Saussure nomeia os signos puramente convencionais e, neste sentido mesmo, ‘arbitrários’: os que Peirce chamava de ‘símbolos’ (ou *legisignos*). Os ‘símbolos independentes’, nos diz Saussure em suas antigas notas, “têm um caráter capital de não possuir qualquer espécie de ligação visível com o objeto a designar”. Resulta disto “que qualquer um que coloque seu pé sobre o terreno da língua, pode-se dizer dele que abandonou toda analogia do céu e da terra” (1954, p. 279 sq.).

Ainda que Saussure esteja inclinado a ver nos “sistemas arbitrários” o primeiro recurso da semiologia, esta ciência - diz ele - verá seu domínio estender-se sempre para além dela, e é difícil dizer, de saída, onde é que ela vai parar” (ibid., p. 153 sq.). A ‘gramática’ do jogo de xadrez com o valor respectivo de suas peças autoriza Saussure a comparar o jogo e a língua e a concluir que, nos sistemas semiológicos, “a noção de identidade se confunde com a de valor, e reciprocamente” (ibid., p. 249).

São precisamente estas questões conjuntas da identidade e do valor que, segundo uma observação astuta feita por Saussure no início do século, parecem decisivas para os

estudos do mito e para o “domínio aparentado da linguística”: no plano da semiologia, “todas as incongruências do pensamento provêm de uma reflexão insuficiente sobre o que é a identidade e sobre os caracteres da identidade, tratando-se de um ser inexistente, como a *palavra*, a *pessoa mítica*, ou uma *letra do alfabeto*, que não são mais que diferentes formas do signo, em seu sentido filosófico” (SAUSSURE, 1972, p. 275). “Estes símbolos, sem que se duvide deles, estão submetidos às mesmas vicissitudes e leis que todas as outras séries de símbolos (...) – Todos eles fazem parte da semiologia” (STAROBINSKI, 1971, p. 15). A ideia de um ser semiológico que não existe em si, “num preciso momento” (1972, p. 277) é retomada por Saussure nos cursos de 1908/1909, em que ele proclama “a determinação recíproca dos valores por sua co-existência”, acrescentando que não há seres semiologicamente isolados (1967, p. 50) e que esta determinação não tem lugar senão no plano sincrônico, “pois um sistema de valores não pode estar a serviço de uma sucessão de épocas” (p. 304).

Os princípios semióticos de Saussure, no curso dos vinte últimos anos de sua vida, dão prova de uma constância impressionante. Seus esboços de 1894, citados mais acima, se abrem sob uma assertiva inflexível: “o objeto que serve de signo não é jamais ‘o mesmo’ por duas vezes: desde o primeiro momento, é necessário um exame ou uma convenção inicial, para saber em nome do que (ET) e em que limites temos o direito de nomeá-lo; aí está a fundamental diferença em relação a um objeto qualquer” (p. 280). Estas notas insistem sobre o papel decisivo do “*plexus* de diferenças eternamente negativas”, o princípio último da não-coincidência no mundo dos valores semiológicos. Abordando os sistemas semiológicos, Saussure procura “fazer abstração daquilo que precedeu” e, desde 1894, recorre com gosto às comparações entre estados sincrônicos na língua e o tabuleiro de xadrez. A questão “do caráter anti-histórico da linguagem” vai servir até mesmo de título para as notas esboçadas pelo autor em 1894 (p. 282) e, podemos acrescentar, a todas as deliberações sobre o aspecto semiológico da língua. Estes são os dois princípios entrelaçados da linguística saussureana – “o arbitrário do signo” e a concepção obstinadamente “estática” do sistema – que travou o desenvolvimento de uma “semiologia geral” antecipada e desejada pelo mestre (cf. 1967, p. 170, sq.).

Ora, a ideia da invariância semiológica, que permanece em vigor, através de todas as variações circunstanciais e individuais, é posta à luz por Saussure com a ajuda de uma comparação feliz da língua a uma sinfonia: a obra musical é uma realidade existente, independentemente da variedade de execuções que são dela feitas; “elas não chegam a atingir a obra ela mesma”. “A execução do signo não é sua característica essencial”, como demonstra Saussure; “a execução de uma sonata de Beethoven não é a própria sonata” (1967, p. 50, 53, sq.). Retoma-se aqui a relação entre a ‘língua’ e a ‘fala’ e a relação análoga entre a uniformidade da obra e a multiplicidade de suas interpretações individuais. É por equívoco que, no texto arranjado por Bally e Séchehay, estas últimas são tratadas como “faltas que podem cometer” os executantes.

Saussure deve ter acreditado que, na semiologia, os signos ‘arbitrários’ ocupariam um lugar fundamental, mas é em vão que se procuram nas notas de seus discípulos a assertiva que lhe atribuem Bally e Séchehay, a saber, que os “signos inteiramente arbitrários realizam melhor que outros o ideal do procedimento semiológico” (ibid.: p. 154).

Na sua perspectiva de ciência expansionista em devir, Saussure admitirá, mesmo, que “tudo o que envolve formas deverá entrar na semiologia” (loc.cit.). Esta sugestão parece antecipar a ideia atual do topólogo René Thom que se pergunta se não seria necessário desenvolver uma “teoria geral das formas independentes da natureza específica do espaço de substrato” (1974, p. 244, sq.).

8. A relação da ciência da linguagem e das línguas com aquela do signo e dos signos diversos foi breve e explicitamente definida pelo filósofo Ernst Cassirer, em sua palestra no Círculo linguístico de Nova York: “a linguística é uma parte da semiótica” (1945, p. 155).

Não há dúvida de que os signos pertencem a um domínio que se distingue, em certos aspectos, de todos as outras características de nossa empresa. Todos os setores deste domínio precisam ser explorados, levando-se em conta seu caráter genérico e as convergências e divergências entre as diversas variedades de signos. Toda tentativa de restringir os limites da pesquisa semiológica e de excluir certos tipo de signos ameaça desdobrar a ciência dos signos em duas disciplinas homônimas, notadamente a ‘semiótica’, na acepção mais larga da palavra, e uma outra província de mesmo nome, mas de alcance mais restrito. Por exemplo, deseja-se promover em uma ciência particular o estudo dos signos ditos ‘arbitrários’, tais como o são aqueles da língua (ainda que os signos linguísticos, como Peirce já o fez ver, facilmente se tomam aparentados aos ícones e índices).

Aqueles que consideram o sistema de signos da língua como único conjunto digno de ser objeto da ciência dos signos cometem uma petição de princípio: o egocentrismo dos linguistas que desejam excluir da esfera semiótica os signos organizados de maneira diferente daqueles da língua reduzem, de fato, a semiologia a um simples sinônimo da linguística. Mas as tentativas para restringir o alcance da semiótica vão por vezes ainda mais longe.

Em todos os níveis e aspectos da linguagem, a relação recíproca entre as duas faces do signo, o significante e o significado, mantém-se em vigor, mas é evidente que o caráter do significado e a estruturação do significante modificam-se, seguindo o fenômeno linguístico. O papel privilegiado da orelha direita (e aquele do hemisfério esquerdo do cérebro) na percepção dos sons da linguagem é uma manifestação primária de seu valor semiótico, e todos os componentes fônicos (quer sejam traços distintivos, demarcadores ou estilísticos, quer elementos estritamente redundantes) funcionam como signos pertinentes, cada um deles munido de seu próprio significado. Cada nível superior aporta novas particularidades de significância: mudam substancialmente, subindo na cadeia que vai do fonema ao morfema e daí às palavras (como toda sua hierarquia gramatical e lexical) para

passar, em seguida, pelos diversos níveis da estrutura sintática, até chegar à frase, depois ao agrupamento das frases no enunciado e finalmente, na sequência dos enunciados no diálogo. Cada uma destas etapas sucessivas se caracteriza por suas propriedades evidentes e específicas e por seu grau de sua submissão às regras do código e às exigências do contexto. Ao mesmo tempo, cada uma das suas partes toma lugar na significância do todo, na medida do possível. A questão de saber o que significa um morfema, uma palavra, uma frase ou um enunciado dados, é igualmente válida para todas estas unidades. A complexidade relativa de signos tais como um período sintático, um monólogo ou uma entrevista não se altera, em absoluto, dado que, necessariamente e não importa em que fenômeno da linguagem, tudo é signo. Do traço distintivo até a totalidade do discurso, as entidades linguísticas, malgrado suas diferenças de estrutura, de função e de envergadura, restam todas submetidas a uma ciência comum e única, aquela dos signos.

É igualmente à semiótica que cabe o estudo comparativo da linguagem ordinária e das línguas formalizadas e, sobretudo, o da lógica e das matemáticas. Aqui, a análise das diversas relações entre código e contexto já nos abriram vastas perspectivas. Por outro lado, a confrontação da língua com ‘as estruturas modelizantes secundárias’ e particularmente com a mitologia já nos valeu uma rica colheita e suscita os espíritos mais corajosos, na empresa de um trabalho análogo que vai incorporar toa a semiótica da cultura.

Nas pesquisas semióticas que abordam questões de linguagem, deve-se tomar cuidado para não se atribuir de modo imprudente caracteres especiais da língua a outros sistemas semióticos. Ao mesmo tempo, se cuidará de não excluir a semiótica do estudo de sistemas de signos que têm pouca semelhança com a língua e de perseguir esta ação de ostracismo até o ponto em que ela revela uma pretensa camada “não semiótica” na própria linguagem.

9. A arte escapou por muito tempo à análise semiológica. Entretanto, está fora de dúvida que todas as artes, quer sejam as temporais como a música e a poesia, quer as espaciais, como a pintura e a escultura, ou as sincréticas, espaço-temporais, como o teatro, o circo ou o cinema, têm parte com o signo. Falar da “gramática” de uma arte não é fazer uso de uma metáfora inútil: toda arte implica uma organização de categorias polares e significantes, fundada sobre uma oposição de termos marcados e não-marcados. Toda arte é ligada a um conjunto de convenções artísticas. Algumas são gerais; assim é o caso, quando consideramos o número de coordenadas que servem de base às artes plásticas e criam uma distinção prenhe de consequências entre o quadro e a estátua. Outras são convenções, importantes ou mesmo obrigatórias para o artista e para os destinatários imediatos de suas obras, e que são impostas pelo estilo do País ou da época. A originalidade da obra é restringida pelo código artístico que domina uma época e uma sociedade dadas. A revolta do artista, tanto quanto sua fidelidade face a certas regras impostas, é concebida pelos contemporâneos, em função do código que o inovador deseja derrubar.

As tentativas de confrontar as artes e a linguagem podem produzir ecos se tal estudo comparado recorrer à língua ordinária e não diretamente à arte verbal que é um sistema transformado desta última.

Os signos de uma dada arte podem carregar consigo as marcas de cada um dos três modos semióticos descritos por Peirce; assim, eles podem se aproximar do 'símbolo', do 'ícone' e do 'índice' mas, obviamente, é sobretudo no seu caráter artístico que se funda sua própria significação (σημειωσις). Em que consiste este caráter particular? A resposta mais clara a esta questão foi dada em 1865 por um jovem estudante, Gerard Manley Hopkins: "a parte artificial da poesia, ou talvez seja mais correto dizer que todo seu artifício, se reduz ao princípio do paralelismo. A estrutura da poesia é a de um contínuo paralelismo" (1959, p. 84).

O artifício vem se juntar à tríade dos modos semióticos estabelecidos por Peirce. Esta tríade se funda sobre duas oposições binárias: contíguo/similar e efetivo/imposto. A contiguidade dos dois componentes do signo é efetiva no "índice", mas imposta no "símbolo". Ora, a similitude efetiva, que é própria do "ícone" encontra seu correlato logicamente previsível na similitude imposta que especifica o "artifício" e é nesse sentido que este último pode tomar seu lugar no conjunto doravante quaternário dos modos semióticos.

Todo signo é um remetimento (*renvoi*) (seguindo a famosa Formula do *aliquid stat pro aliquo*). O paralelismo, evocado por um mestre e teórico da poesia como Hopkins (1959), é um remetimento de um signo a outro, similar na totalidade ou em alguma de suas duas faces (o significante ou o significado). Um dos dois signos "co-respectivos", assim como os designa Saussure (STAROBINSKI, 1971, p.34), remete a outro, presente no mesmo contexto ou então subentendido, como nos revela o caso da metáfora, na qual somente o "veículo" está *in praesentia*. O único escrito finalizado por Saussure, no decurso de seus ensinamentos genebrinos, um trabalho esclarecedor sobre "o cuidado da repetição" na literatura antiga, poderia ter inovado a ciência da poética, mas foi totalmente transformado e, mesmo hoje, os cento e quarenta cadernos deste conjunto, velho de sete décadas, não se tornaram conhecidos a não ser pelas citações fascinantes de Jean Starobinski. Esta última obra fez ressurgir a questão do "emparelhamento" (*couplaison*), ou seja, a repetição em numero par da poesia indoeuropéia, que se devota à análise da "substância fônica das palavras, seja para delas fazer séries acústicas (por exemplo, uma vogal que exige sua 'contra-vogal'), seja para delas fazer séries significativas" (ibid., p. 21, 31 sqq.). Querendo emparelhar signos que "se tomam naturalmente em sua evocação mútua" (p. 55), os poetas devem ter-se tornado aptos a operar no "esqueleto do código" tradicional, assim como a dominar em primeiro lugar as regras severas da similitude acordada, nas quais estão compreendidas as licenças permitidas(ou, como formula Saussure, a "transação" sobre certas variáveis), para em seguida também dominar as leis de repartição emparelhada das unidades correspondentes ao longo do texto e, enfim, a ordem ("consecutividade" ou "não-consecutividade") imposta aos elementos reiterativos, em relação com a marcha do tempo (p. 47).

O “paralelismo”, enquanto traço característico de todo artifício, é o remetimento de um fato semiótico a um fato equivalente, no interior do mesmo contexto, aí compreendido o caso em que o objetivo da remissão não é senão um subentendido elíptico. Este pertencimento infalível dos dois paralelos ao mesmo contexto nos permite completar o sistema do tempo, no qual Peirce municia sua tríade semiótica: “um ícone tem um ser pertencente à experiência passada (...). Um índice tem o ser de uma experiência presente. O ser de um símbolo (...) é um *essere in futuro*” (IV, p. 447; II, p. 148). O artifício guarda uma interconexão *intemporal* dos dois paralelos no interior de seu contexto comum.

Stravinsky (1942) sempre repetia que “a música é dominada pelo princípio da similaridade”. Na arte musical, as correspondências dos elementos reconhecidos numa convenção dadas como mutuamente equivalentes ou como opostas, constituem o principal, senão o único, valor semiótico, “significado intramusical incorporado”, segundo a descrição que faz o musicólogo Leonard Meyer: “Dentro do contexto de um estilo musical particular, um tom ou grupo de tons indica – conduz o ouvinte treinado a aguardar – que outro tom ou grupo de tons surgirá em algum ponto mais ou menos específico do *continuum* musical” (1967, p. 6 sq.). O remetimento àquilo que se segue é sentido pelos compositores como a essência de um signo musical. Aos olhos de Arnold Schoenberg, “compor é lançar um olhar de relance sobre um tema futuro” (MAERGAARD, 1974). As três operações fundamentais do ‘artifício’ musical – antecipação, retrospectão e integração – nos fazem lembrar que é o estudo de uma frase melódica trabalhada em 1890 por Ehenfels que faz surgir a noção de “Gestalt” e uma introdução precisa à análise dos signos musicais: “Em qualidades temporais e formais, apenas um elemento pode ser logicamente dado, em atos de representação perceptual, enquanto os restantes ficam disponíveis como imagens da memória ou como imagens da expectativa, projetadas para o futuro” (p. 263, sq.).

Se na música as relações intrínsecas prevalecem sobre as tendências de ordem icônica e são até mesmo capazes de reduzir esta última ordem a nada, a função representativa, por outro lado, toma facilmente a iconicidade na história das artes visuais, necessariamente espaciais (JAKOBSON, 1973a, p. 164, sq.). Não obstante, a existência e o grande sucesso da pintura abstrata são fatos peremptórios. As réplicas (*responsions*) entre diversas categorias cromáticas e geométricas que, por certo, exercem assim um papel imprescritível na pintura representacional, se tornam o único valor semiótico da arte abstrata. As leis de oposição e de equivalência que governam o sistema de categorias especiais postas em ação na pintura oferecem o exemplo eloquente das similitudes impostas pelos códigos de escola, de época e de país. Ora, evidentemente, como é o caso em todos os sistemas semióticos, a convenção se funda sobre o emprego e a escolha das potencialidades perceptivas universais.

No lugar da sucessão temporal que inspira no ouvinte de frases musicais suas antecipações e retrospectões, a pintura abstrata nos faz ver uma simultaneidade de “correlatos” conjugados e entrelaçados. O remetimento musical que nos conduz do tom presente



ao tom esperado, ou retido na memória, se vê recolocado, na pintura abstrata, por uma remissão recíproca dos fatores em jogo. Aqui, a relação das partes e do todo adquire uma significação particular, ainda que a ideia da obra integral seja relevante em todas as artes. A maneira de ser das partes revela sua solidariedade com o todo e é em função deste conjunto que cada um de seus componentes aparece. Esta interdependência entre o todo e suas partes cria uma remissão patente das partes ao todo e vice-versa. Poderíamos reconhecer nesse remetimento recíproco um procedimento sinedóquico, seguindo as definições tradicionais deste tropo, como aquela de Isidorus Hispalensis: *“synecdoche est conceptio, cum a parte totum vel a toto pars intellegitur”* (LAUSBERG, 1960, par. 572). Em suma, a significação se mantém subjacente a toda manifestação do “artifício”.

**10.** A título de resumo, podemos propor uma formula tautológica: a semiótica (ou, dito de outro modo, a ciência dos signos, *science of signs*, *Zeichenlehre*) tem o direito e o dever de estudar a estrutura de *todos* os tipos e sistemas de signos e de esclarecer suas diversas relações hierárquicas, a rede de suas funções e as propriedades comuns e divergentes de *todos* os sistemas em questão. A diversidade das relações entre código e mensagem ou entre significante e significado não justificam em absoluto as tentativas individuais e arbitrárias de excluir do estudo semiótico algumas classes de signos, como os não-arbitrários e aqueles que, tendo evitado “o teste da socialização”, mantêm-se individuais num certo grau. Sendo uma ciência dos signos, a semiótica é chamada a englobar *todas* as variedades do *signum*.

## Referências

- BENVENISTE, Émile. (1963). *Coup d’oeil sur le développement de la Linguistique*. Paris: Académie des Inscptions et Belles-Lettres;
- BOLZANO, B. (1837). *Wissenschafteslehre : versuch und ausführlichen und grösstensteils neuen darstellung der logik mit steter rücksicht auf deren bisherige bearbeiter*. Sulzbach : J.E.v..Seidel ;
- BRAUN, Jerzy Bronislaw. (1969). *Aperçu de la Philosophie de Wronski*. Roma: PUG;
- CASSIRER, Ernst. (1945). “Structuralism in Modern Linguistics”. In: *Word*. 1(2): 99,120;
- EHRENFELS, Christian von (1890). “Über ‘Gestaltqualitäten’”. In: *Vierteljahrsschrift für wissenschaftliche Philosophie*. 14(3): 249,292;
- EISENRING, Max E. (1942). *Johann Heirich Lambert und die wissenschaftliche Philosophie*. Zurich: Muller and Werder;
- GÖDEL, Robert. (1957). *Les Sources Manuscrits du “Cours de Linguistique Générale” de F. de Saussure*. Génève: Droz;
- HOENE-WRONSKI, J.M. (1897). “Philosophie du langage”. In: *Sept Manuscrits Inédits, de 1803 à 1806*. Paris;



- HOPKINS, G.M. (1959). "Poetic diction". In: *The Journals and Papers*. London: Oxford University Press;
- HUSSERL, Edmund. (1970). "Zur Logik der Zeichen (Semiotik)". In: *Gesammelte Werke*. 12. The Hague: Nijhoff;
- JAKOBSON, Roman. (1965). "À la recherche de l'essence du langage". In: *Diogene*. 51: 22,38;
- JAKOBSON, Roman (1973a). *Essais de Linguistique Générale II*. Paris: Minuit;
- LAMBERT, J.H. (1764). *Neue Organon, oder Gedanken uber die Erforschung und Bezeichnung des Wahren un dessen Unterscheidung von Irrthum und Schein*, 1-2. Leipzig: Johann Wenler;
- LAUSBERG, H. (1960). *Handbuch der Literarischen Rhetorik*. Munich: Max Hueber;
- LOCKE, John. (1690). *An Essay Concerning Humane Understanding*. London: Basset;
- MAERGAARD, Jan. (1974). *Studien zur Entwicklung des dodekapohen Satzes bei Arnold Schoenberg*. Copenague: Hansen;
- MEYER, Leonard B. (1967). *Music, the Arts, and Ideas*. Chicago: University of Chicago Press;
- NAVILE, Adrian. (1901). *Nouvelle Classification des Sciences: étude philosphiq.ue*. Paris: Alcan;
- PEIRCE, Ch. S. (1939/1958). *The Collected Papers of Charles Sanders Peirce, 8 vols*. Cambridge: Harvard University Press;
- SAUSSURE, Ferdinand de. (1954). «Notes inédites». In : *Cahiers Ferdinand de Saussure*. 12: 49, 61;
- SAUSSURE, Ferdinand de. (1967). *Cours de Linguistique Générale*. Wiesbaden: Otto Harrassowitz;
- SAUSSURE, Ferdinand de (1972). «Nota sul segno». In : *Strumenti Critici*. 19 : 275,281 ;
- STAROBINSKI, Jean. (1971). *Les Mots sur les Mots: les anagrammes de Ferdinand de Saussure*. Paris: Gallimard;
- STRAVINSKY, Igor. (1942). *Poetics of Music in the Form of Six Lessons*. Cambridge: Harvard University Press;
- THOM, Robert (1974). "La linguistique, discipline morphologique exemplaire". In: *Critique*. 30: 235,245.